

## Com reforma tributária travada, empresários pressionam por proposta com desoneração da folha

O Globo - Economia - 02/03/2021

Grupos apoiam um projeto simplificado da reforma e criação de frente parlamentar para reduzir imposto sobre salário

BRASÍLIA E SÃO PAULO - Sem data prevista para a apresentação do relatório da reforma tributária no Congresso, um grupo de empresários passou a apoiar uma proposta simplificada da medida, em mais um movimento para pressionar pela aprovação da mudança no sistema de impostos.

Auxílio emergencial: Para destravar PEC, governo deve liberar R\$ 10 bi em ajuda a estados e municípios

Em manifesto que deve ser entregue ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o Brasil 200 vai defender o chamado Simplifica Já, que cria ICMS e ISS nacionais, sem unificar esses tributos, e prevê a desoneração parcial da folha.

O texto não é novo e chegou a ser protocolado como substitutivo às propostas de emenda à Constituição (PEC) sobre reforma tributária que tramitam no Congresso. Mas agora ganhou o apoio pelo manifesto assinado por 118 entidades de setores distintos.

O grupo deve vir a Brasília ainda neste mês, em comitiva, para falar com parlamentares sobre o projeto.

Além da alternativa à reforma, o grupo aposta em outra iniciativa: a criação da frente parlamentar da desoneração da folha de pagamento.

MP 936: Governo deve renovar suspensão de contrato e redução de jornada

Do lado dos empresários, o pontapé para a criação da frente partiu da Confederação Nacional de Serviços (CNS), que defende a desoneração total da folha de pagamento, com a criação de um imposto sobre movimentações financeiras, nos moldes da CPMF, para servir de compensação.

— A frente é um sinal de que existe vontade dentro do Congresso de apoiar a desoneração da folha. O problema que estamos tendo é mais de esclarecimento, que é de como fazer essa desoneração. Não queremos uma desoneração que onere o estado, queremos uma substituição de tributos — afirma Luigi Nese, presidente da CNS.

A movimentação ocorre em um momento em que a reforma está atrasada. No início de fevereiro, Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), anunciaram a tramitação da reforma tributária como uma prioridade de suas gestões.

Compensação: Governo aumenta imposto sobre bancos para zerar R\$ 3,6 bi em tributos sobre diesel e gás de cozinha

Em entrevista ao GLOBO publicada há duas semanas, Lira chegou a prever que a leitura do relatório ocorreria na semana passada, entre os dias 25 e 28 de fevereiro, o que não aconteceu.

Administrativa 'abreviada'

Nesta segunda, em reunião com empresários paulistas, Pacheco e Lira voltaram a

prometer a aprovação da reforma administrativa no primeiro semestre e da tributária ainda em 2021. No evento misto — parte presencial, parte em videoconferência — promovido pelo movimento Diálogo pelo Brasil, que congrega os 50 maiores grupos privados brasileiros de vários setores da economia e capitaneado pela Fiesp, as reformas foram o principal assunto.

Imposto de Renda: Auxílio deve ser informado. Veja tutorial sobre como preencher a declaração de 2021

Perguntado se a reforma administrativa pode ser votada ainda no primeiro semestre, Pacheco respondeu que há uma possibilidade de a reforma “ser abreviada” nas duas casas legislativas, mas que enfrentará debates, já que é muito importante.

Segundo nota divulgada pela Fiesp ao fim do encontro, os parlamentares reconheceram que a reforma tributária, por ter menos consenso, será discutida por mais tempo.

— Sabemos que precisamos de um sistema mais simples, menos burocratizado — resumiu Pacheco à entidade empresarial.

### Movimentação no Congresso

Os empresários também buscam interlocução com líderes partidários, para facilitar a articulação no Congresso. É o caso do presidente do Avante de Mato Grosso, Euclides Ribeiro, que também participará da comitiva.

Dívida: Inadimplência volta a subir entre pequenas empresas, com fim das medidas de auxílio

— A bancada do Avante está pronta para colocar essa pauta no Congresso para ser votada — diz Ribeiro, que defende a desoneração da folha como principal instrumento para recuperar empregos no cenário pós-pandemia.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS), titular da comissão mista e também signatária da nova frente parlamentar, acredita que ainda é possível aprovar o texto da reforma tributária neste ano, ainda que não seja uma reforma tão ampla, e aposta na discussão da desoneração da folha de pagamento correndo conjuntamente.

— Ainda que a gente não consiga avançar em uma reforma ampla, pelo menos uma reforma que unifica impostos federais e desburocratize [o sistema] eu vejo a possibilidade de avançar. Repito: ela só não é aprovada em sua inteireza, se o governo federal disser que não tem recursos para bancar o fundo constitucional para os estados — analisa a senadora.

O fundo mencionado pela senadora seria criado para compensar as perdas de arrecadação dos estados. Seu custo é bilionário e a atual conjuntura das contas públicas, em que não há espaço para gastos, pode travar o avanço da proposta.

A Comissão Mista da Reforma Tributária não tem agenda nesta semana. O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) segue trabalhando no relatório. A expectativa dos parlamentares é que a próxima reunião a ser agendada seja para a leitura e votação do documento, mas não há um cronograma definido.